



# MUNICÍPIO DE PANCAS

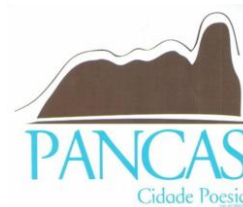
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida 13 de Maio, nº 476 – Centro – Pancas – ES

Telefone: (27) 3726-1543

e-mail: gabinete@pancas.es.gov.br

www.pancas.es.gov.br



**LEI Nº 2.106, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.**

**"CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE**

**LEI:**

## **OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS**

**Art. 1º** - Fica criado o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa de Pancas, sendo órgão colegiado de instância superior consultivo, proponente e fiscalizador vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, que tem por finalidade os seguintes objetivos e competências:

- I - viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações;
- II - participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;
- III - priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência;
- IV - descentralização político-administrativa;
- V - capacitação dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços;
- VI - implementação de sistema de informações que permita a divulgação da política, dos serviços oferecidos, dos planos, programas e projetos;
- VII - estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento;
- VIII - priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços, quando desabrigados e sem família;
- IX - apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento.
- X - Defender os direitos da Pessoa Idosa em todas as citações que couber sua atuação e/ou intervenção.

## **DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 2º** - O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa de Pancas terá a seguinte composição de membros efetivos, e seus respectivos suplentes, conforme a seguir descrito:

- I - 04 (quatro) Representantes do Poder Público, sendo, preferencialmente:
  - a) - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
  - b) - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esportes e Lazer;
  - c) - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
  - d) - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- II - 04 (quatro) Representantes da Sociedade Civil Organizada:
  - a) - Os 04 (quatro) representantes da sociedade civil serão escolhidos em assembleia especialmente convocada para esse fim, pela da Secretaria Municipal de Assistência Social e/ou Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa de Pancas, assegurada à representação das entidades, grupos e movimentos que tenham efetiva atuação na área.

## **DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 3º** - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, podendo ser convocado extraordinariamente, por motivos relevantes, se assim justificar-se, bastando para isso 1/3 (um terço) das assinaturas dos membros do Conselho.





# MUNICÍPIO DE PANCAS

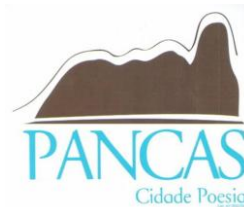
## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida 13 de Maio, nº 476 – Centro – Pancas – ES

Telefone: (27) 3726-1543

e-mail: gabinete@pancas.es.gov.br

www.pancas.es.gov.br



**Art. 4º** - Os conselheiros indicados pelo poder público e eleitos pela sociedade civil organizada terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

I - Os conselheiros serão nomeados e empossados por ato do Executivo Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da eleição dos representantes da sociedade civil.

II - Os conselheiros perderão o mandato ou serão substituídos pelos respectivos suplentes, nos casos de:

a) faltarem a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) intercaladas, sem justificativas, devendo tais faltas ser comunicadas às entidades ou organizações representadas pelos conselheiros faltosos;

b) apresentarem procedimento incompatível com a dignidade das funções;

c) apresentarem conduta desidiosa no cumprimento de sua função

d) apresentarem renúncia na plenária do conselho, que deverá ser lida na sessão seguinte a de seu acolhimento;

**Art. 5º** - São critérios para a composição do Conselho, preferencialmente:

I - Atuar em entidade, órgão ou movimento representativo dos direitos da Pessoa Idosa ou em áreas afins;

II - Participar de grupos ou entidades que tenham envolvimento na elaboração e realização de políticas públicas relacionadas à Pessoa Idosa;

III - Atuar no desenvolvimento de atividades destinadas à promoção, defesa e divulgação dos direitos da Pessoa Idosa.

**Art. 6º** - O Conselho elegerá entre seus membros, pelo quorum de maioria absoluta o presidente, o vice-presidente, o primeiro-secretário e o segundo secretário.

**Art. 7º** - A eleição do presidente e do vice-presidente dar-se-á por meio de escolha, dentre seus membros, por voto de maioria absoluta, em votação aberta, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidas por mais um mandato consecutivo.

**Art. 8º** - Os membros suplentes terão direito à voz nas sessões plenárias, somente tendo direito a voto, quando em substituição ao titular.

**Art. 9º** - O Conselho apresentará a sociedade anualmente relatório de suas atividades em Assembléia Geral, convocada para este fim.

**Art. 10** - Os serviços prestados pelos membros deste Conselho são considerados de interesse público relevante e não serão remunerados.

**Art. 11** - O presidente do Conselho poderá convidar os gestores de órgãos públicos, pessoas físicas ou jurídicas, para esclarecimento sobre matéria em exame, mediante solicitação formal prévia e aprovação da plenária.

**Art. 12** - O Conselho manterá intercâmbio com demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais.

**Art. 13** - As reuniões do Conselho realizar-se-ão em local de fácil acesso da população.

**Art. 14** - O funcionamento do Conselho será disciplinado por seu regimento interno, aprovado pelos conselheiros e instituído através de decreto.

**Parágrafo Único** - O regimento de que trata o caput deste artigo deverá ser elaborado e aprovado pelo conselho no prazo de até 90 (noventa) dias, após a posse dos conselheiros.

**Art. 15** - O Conselho poderá dispor de comissões provisórias ou permanentes de competências distintas, objetivando a elaboração de projetos destinados a formação de novos conselheiros e a proposição de medidas que visem a operacionalização de seus objetivos.





# MUNICÍPIO DE PANCAS

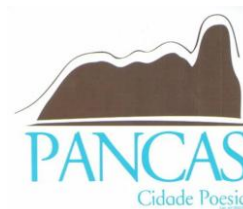
## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida 13 de Maio, nº 476 – Centro – Pancas – ES

Telefone: (27) 3726-1543

e-mail: gabinete@pancas.es.gov.br

www.pancas.es.gov.br



**Parágrafo Único** - As comissões poderão compor grupos de trabalhos especializados para apoio e assessoria técnica ao Conselho, assim como convidar dirigentes de órgãos públicos, pessoas físicas e/ou jurídicas, para fortalecer suas funções consultivas, proponente e fiscalizador.

**Art. 16** - As deliberações do Conselho produzirão efeito a partir da publicação das resoluções correspondentes.

**Art. 17** - O Conselho poderá manifestar-se publicamente sobre assuntos de sua órbita de ação, de acordo com a decisão da maioria de seus integrantes.

**Art. 18** - O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria de Assistência Social dará suporte necessário ao pleno funcionamento regular do Conselho, bem como o apoio para garantir o pleno funcionamento regular do conselho.

**Parágrafo Único** – É dever da Secretaria Municipal de Assistência Social fomentar a participação popular no presente conselho através da divulgação das eleições e promoção de políticas públicas voltadas à formação/ incentivo de conselheiros.

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 19** - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 20** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pancas, 20 de Setembro de 2023.

**SIDICLEI GILES DE ANDRADE**

Prefeito Municipal de Pancas

Registrada e publicada na data supra:

**JUARANA LOPES DA SILVA GILES**

Chefe de Gabinete

